

Nota Informativa

Edição 108/2024

DESTAQUES

Comissão do Senado cria grupo de trabalho para discutir regulamentação da tributária

STF prorroga até setembro prazo de suspensão da desoneração da folha

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Governo estende prazo para adaptação a regras do teletrabalho

Ministério das Comunicações doou 5,6 mil computadores no primeiro semestre de 2024

Projeto estabelece regras para a elaboração do plano estratégico da Anatel

Izalci critica execução e fiscalização do programa Escolas Conectadas

Meta inicia retirada de ferramenta de IA do WhatsApp após decisão de autoridade de dados

ANPD define as responsabilidades do Encarregado de dados pessoais

Empresas adotam governança que consideram 'apropriada' para IA, à espera de lei sobre a tecnologia

Huawei apresenta projeto de inclusão digital ao MCTI

Esperidião Amin destaca audiência pública sobre segurança cibernética

Municípios investem em tecnologia para superar crise fiscal e déficit de servidores públicos

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CCJ do Senado adia votação da PEC da autonomia financeira do BC

Lula diz que independência do BC não precisa de lei e que escolherá novo presidente 'na hora certa'

CONSUMIDOR

IPC-S acelera em 4 de 7 capitais na segunda semana de julho

IGP-10 sobe 0,45% em julho, diz FGV Ibre

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

AGU pede prorrogação do prazo de suspensão temporária da ação que discute constitucionalidade da desoneração tributária

Comissão aprova microempresa ceder a terceiro crédito de pagamento do governo

POLÍTICA

Alckmin diz que carga tributária não aumentou no governo Lula

BC migrou para período de maior cautela, diz Galípolo

Soraya Thronicke assumirá vice-presidência da CCT

RELAÇÕES EXTERIORES

Parcerias com a Argentina são de Estado, diz Alckmin

MEC debate conectividade em evento na Suíça

TRABALHISTA

Projeto suspende regulamentação da lei de igualdade salarial entre homens e mulheres

DESTAQUES

Comissão do Senado cria grupo de trabalho para discutir regulamentação da tributária

Poder Legislativo | 16/07/2024 – 23h26min

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado decidiu criar um grupo de trabalho para acompanhar a tramitação da regulamentação da reforma tributária. O grupo não terá nenhum poder no relatório da proposta, que ficará sob os cuidados do senador Eduardo Braga (MDB-AM). O trabalho será semelhante ao que aconteceu durante a tramitação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que institui a reforma tributária. O grupo de trabalho analisará o tema e apresentará um conjunto de emendas ao relator, que decidirá se as aceita ou não. O relator do GT será o senador Izalci Lucas (PL-DF), que pretende divulgar nas próximas semanas um plano de trabalho do grupo. Serão realizadas audiências públicas para embasar as sugestões de alterações ao projeto de lei complementar apresentado na Câmara dos Deputados na semana passada. Fonte: Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

STF prorroga até setembro prazo de suspensão da desoneração da folha

Poder Judiciário | 16/07/2024 – 21h49min

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), prorrogou até 11 de setembro a suspensão do processo que trata da desoneração de impostos sobre a folha de pagamento de 17 setores da economia e de determinados municípios até 2027. O pedido de prorrogação foi feito na terça-feira (16) pelo Senado Federal e pela Advocacia-Geral da União (AGU), que pretendem utilizar o prazo para encerrar as negociações entre o governo federal e parlamentares para um acordo envolvendo a compensação financeira da União pela desoneração dos setores. Também na tarde de terça-feira (16), o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, anunciou o adiamento da votação da proposta sobre a compensação das perdas. No dia 25 de abril, o ministro Cristiano Zanin, relator do processo, concedeu liminar

para suspender a desoneração de impostos sobre a folha de pagamento. O ministro entendeu que a aprovação da desoneração pelo Congresso não indicou o impacto financeiro nas contas públicas. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Governo estende prazo para adaptação a regras do teletrabalho

Poder Executivo | 17/07/2024– 15h22min

Órgãos e entidades da Administração Pública Federal terão mais 90 dias para se adequar às novas regras do Programa de Gestão e Desempenho (PGD). Instrução Normativa publicada na quarta-feira (17) altera as diretrizes do programa, que prevê, entre outras regras, a possibilidade de adoção da modalidade do teletrabalho no serviço público. Inicialmente, o prazo para as instituições públicas entrarem em conformidade com as novas regras de implementação e execução do programa terminaria no dia 31 de julho, mas, com a alteração do texto, o prazo encerrará em 31 de outubro, sem possibilidade de nova prorrogação. Outra mudança estabelecida pela Instrução Normativa é a exigência do cumprimento de 6 meses na modalidade presencial para servidores que se movimentarem entre órgãos e entidades da Administração Pública, antes de aderir ao teletrabalho. Além disso, servidores em modalidade de teletrabalho integral ou parcial devem necessariamente disponibilizar número de telefone atualizado, fixo ou móvel, para divulgação dentro do órgão e para o público externo. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Ministério das Comunicações doou 5,6 mil computadores no primeiro semestre de 2024

Poder Executivo | 17/07/2024– 14h04min

Com o objetivo de não deixar nenhum brasileiro excluído do mundo digital, o Ministério das Comunicações fortaleceu o Programa Computadores para a Inclusão em 2024. Nos primeiros seis meses do ano, foram criados 600 novos Pontos de Inclusão Digital (PIDs). O projeto também concluiu no período a doação de 5,6 mil equipamentos para áreas remotas, rurais e escolas públicas do Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país. “Quando viabilizamos a inclusão digital, estamos promovendo também a inclusão social dos brasileiros. O Computadores para a Inclusão é uma das nossas mais importantes políticas públicas. Quero agradecer aos institutos parceiros que nos ajudam a recondicionar máquinas descartadas e, com toda dedicação, entregam os equipamentos para quem mais precisa”, afirmou o ministro das Comunicações, Juscelino Filho. Fonte: ASCOM MCOM

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Projeto estabelece regras para a elaboração do plano estratégico da Anatel

Poder Legislativo | 17/07/2024– 12h02min

O Projeto de Lei 1060/24 prevê regras para a elaboração do plano estratégico da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Entre outras medidas, o documento deverá contemplar: a visão de longo prazo para as telecomunicações no País; os objetivos estratégicos da Anatel para o setor; e as diretrizes para alcançar essas metas. Em análise na Câmara dos Deputados, o texto insere os dispositivos na Lei Geral das Agências Reguladoras. A norma já determina que as agências elaborem, para cada período quadrienal, plano estratégico com os objetivos, as metas e os resultados esperados. Conforme a lei, esse plano estratégico deve ser compatível com o Plano Plurianual (PPA) em vigência e deve ser revisto, periodicamente, com vistas à sua permanente adequação. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Izalci critica execução e fiscalização do programa Escolas Conectadas

Poder Legislativo | 17/07/2024– 10h27min

O senador Izalci Lucas (PL-DF) criticou, em pronunciamento na terça-feira (16), o acesso à internet nas escolas públicas brasileiras. Segundo o parlamentar, 42% dos colégios

monitorados pelo programa Escolas Conectadas apresentam uma conexão classificada como ruim ou péssima. Izalci também afirmou que quase metade das escolas públicas não possuem monitoramento da qualidade da internet. Para o senador, os dados revelam uma enorme falha na execução e na fiscalização do programa do governo federal. “O Ministério da Educação até tenta se justificar, alegando que há outras fontes de informação sobre a velocidade contratada, mas não especifica quais são essas fontes. [...] Essa falta de transparência e de controle é simplesmente inaceitável em um projeto de tamanha importância.” Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Meta inicia retirada de ferramenta de IA do WhatsApp após decisão de autoridade de dados

Poder Executivo | 17/07/2024 - 07h53min

Pessoas ouvidas pela reportagem e usuários de redes sociais relatam que perderam acesso, no WhatsApp, ao criador de figurinhas com inteligência artificial (IA), testado no Brasil desde o fim de maio. A medida foi percebida por usuários após a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) suspender, no dia 2 de julho, a validade do trecho da política de privacidade da Meta - a dona de Facebook, WhatsApp e Instagram-- referente ao desenvolvimento de modelos de IA generativa, como o Chat GPT. A empresa avisava que utilizaria conteúdo público dos usuários (textos, fotos e vídeos) para desenvolver grandes modelos de linguagem. No último dia 10, a ANPD rejeitou um pedido da Meta para reconsiderar a medida cautelar. A big tech então ganhou mais cinco dias úteis a partir de então para mostrar que suspendeu a política de tratamento de dados para treinamento de IAs. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ANPD define as responsabilidades do Encarregado de dados pessoais

Poder Executivo | 17/07/2024

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) publicou na quarta-feira, 17/07, o regulamento sobre a atuação do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais. Segundo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, cabe ao Encarregado fazer a interface entre o titular dos dados, o agente de tratamento e a ANPD. Também é sua responsabilidade orientar a organização para a qual trabalha em relação às melhores práticas no tratamento de dados. Em atendimento à LGPD, o regulamento detalha aspectos do papel do Encarregado. A norma inclui dispositivos sobre a divulgação de sua identidade e de informações de contato; os deveres dos agentes de tratamento, que é o responsável pela nomeação do Encarregado; e as situações de conflito de interesse. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Empresas adotam governança que consideram ‘apropriada’ para IA, à espera de lei sobre a tecnologia

Mercado | 16/07/2024 – 22h05min

Na ausência de uma regulamentação específica, empresas que utilizam inteligência artificial (IA) no Brasil dizem estar adotando, cada uma a seu modo, práticas de governança para garantir o “uso correto” das tecnologias. As políticas internas fazem parte da estratégia de companhias de diferentes tamanhos, de gigantes como Google e IBM até startups nacionais. Na terça-feira, 9, a votação do projeto de lei (PL) 2.338/2023, que regulamenta a inteligência artificial no País, foi adiada pela terceira vez na Comissão Temporária sobre Inteligência Artificial (CTIA) do Senado. Apesar disso, especialistas avaliam que o Brasil é um dos lugares onde a discussão está mais adiantada. Mesmo sem uma legislação em vigor, a IBM tem um Conselho de Ética para supervisionar o desenvolvimento de inteligência artificial. Ao Estadão/Broadcast a empresa diz que há três princípios que norteiam a atuação na área. Fonte: Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Huawei apresenta projeto de inclusão digital ao MCTI

Poder Executivo | 16/07/2024 – 19h51min

Representantes da Huawei no Brasil apresentaram ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, (MCTI) seus programas de inclusão social e capacitação. A exposição ocorreu na terça-feira, 16, em reunião com a chefe da pasta, Luciana Santos. Segundo o órgão, os empresários buscaram “alinhar pautas de interesse entre a Huawei e o MCTI”. “O objetivo da reunião é fazermos algumas cooperações voltadas para capacitação, treinamento e chegar na empregabilidade. Gerando emprego para aqueles que são treinados e capacitados”, disse o vice-presidente de Relações Públicas e Comunicação para América Latina e Caribe da Huawei, Atilio Rulli, em nota divulgada pelo ministério. A Huawei deu destaque para o programa Women In Tech, que visa atrair mulheres para o setor de tecnologia e impulsionar a carreira de lideranças femininas no setor. Segundo o gerente de Educação e Valor Social da empresa chinesa, Victor Montenegro, a capacitação ocorre em todos os estados brasileiros, envolvendo mais de 200 parceiros em instituições de ensino para qualificação, já visando a empregabilidade. Fonte: Telesintese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Esperidião Amin destaca audiência pública sobre segurança cibernética

Poder Legislativo | 16/07/2024 – 17h23min

O senador Esperidião Amin (PP-SC) destacou, em pronunciamento na terça-feira (16), audiência pública realizada pela Subcomissão Permanente de Defesa Cibernética (CREDC), na semana passada, para debater os riscos internacionais em segurança cibernética e a importância de uma agência nacional de segurança digital no Brasil. O parlamentar, que é presidente do colegiado, ressaltou que o Fórum Econômico Mundial estima que os crimes cibernéticos estão afetando mais de 10% do produto interno bruto (PIB) dos países do Ocidente. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Municípios investem em tecnologia para superar crise fiscal e déficit de servidores públicos

Poder Executivo | 16/07/2024

Um levantamento da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) revela que 12,45% dos trabalhadores ativos no Brasil estão empregados no setor público e seis em cada dez servidores brasileiros são municipais. Apesar da maioria, outro estudo, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta defasagem significativa no quadro de servidores nas prefeituras, o primeiro elo de conexão do serviço público com o cidadão. Cerca de 20% dos municípios brasileiros têm 3,1 servidores para atender cada 100 pessoas. Impactados pela redução das receitas e pelo aumento expressivo das despesas públicas, o déficit fiscal nos municípios chegou ao patamar de R\$ 16,2 bilhões no ano passado. Entre 2022 e 2023, o gasto com pessoal cresceu 13,2%, um aumento de R\$ 47,6 bilhões. Fonte: TIinside

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CCJ do Senado adia votação da PEC da autonomia financeira do BC

Poder Legislativo | 17/07/2024 – 13h07min

Para tentar chegar a um acordo com o governo federal, ficou para agosto a votação da Proposta de Emenda à Constituição 65/2023 (PEC) que concede autonomia financeira e administrativa ao Banco Central (BC). A PEC está em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Na sessão da quarta-feira (17), os senadores da comissão anunciaram um acordo para adiar a votação. O líder do governo no Senado, senador Jaques Wagner (PT-BA), concordou com o adiamento da votação, argumentando que não haveria maioria na CCJ para aprovar a PEC. “A expectativa era de um placar empatado. A expectativa de placar mostrou que os próprios colegas ainda não têm uma maioria consolidada. Bom, então se abriu esse período [para mais negociações]”, acrescentou. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lula diz que independência do BC não precisa de lei e que escolherá novo presidente 'na hora certa'

Poder Executivo | 16/07/2024 – 22h43min

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou na terça-feira, 16, em entrevista à Record, que não é necessário uma lei para garantir independência ao Banco Central, dando a entender que, mesmo sem a autonomia formal da autarquia, a instituição agiria de forma autônoma. “Eu duvido que tenha um presidente mais independente que o Henrique Meirelles, que foi meu presidente do BC por oito anos”, citou o presidente, reclamando da “quantidade de gente que dá palpite em coisa que não deveria dar palpite”. Lula também pontuou que vai escolher sua indicação para a presidência do Banco Central “na hora certa”. “Não precisava de uma lei para dar independência. O cidadão está lá, ele tem uma função, ele tem que cuidar da política monetária, de cumprimento das metas de inflação”, disse Lula. O presidente também afirmou que “não tem um tempo certo” para indicar quem vai substituir Roberto Campos Neto no comando da autarquia. Fonte: Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

CONSUMIDOR

IPC-S acelera em 4 de 7 capitais na segunda semana de julho

Poder Executivo | 17/07/2024 – 09h04min

A aceleração da inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S) para 0,30% na segunda quadrissemana de julho, vindo de 0,26% na leitura imediatamente anterior, foi espalhada por quatro das sete capitais pesquisadas, informou o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) em relatório. Houve aceleração da inflação, em relação à medição imediatamente anterior, em Brasília (0,62% para 0,96%), Belo Horizonte (0,51% para 0,52%), Recife (0,16% para 0,37%) e São Paulo (0,05% para 0,08%). Por outro lado, houve desaceleração em Salvador (0,09% para 0,00%), Rio de Janeiro (0,30% para 0,29%) e Porto Alegre (0,43% para 0,34%). Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

IGP-10 sobe 0,45% em julho, diz FGV Ibre

Poder Executivo | 17/07/2024 – 08h12min

O Índice Geral de Preços – 10 (IGP-10) subiu 0,45% em julho, segundo o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). No mês anterior, a taxa havia sido de 0,83%. Com esse resultado, o índice acumula alta de 1,63% no ano e de 3,38% em 12 meses. Em julho de 2023, o índice caiu 1,10% no mês e acumulava queda de 7,89% em 12 meses. Segundo André Braz, economista do FGV Ibre, apesar dos efeitos sazonais e da desvalorização mais acentuada do real em relação ao dólar, os índices componentes do IGP-10 mostraram desaceleração de junho para julho. “No âmbito do produtor, a queda nos preços dos alimentos in natura contribuiu para essa desaceleração. No IPC, índice que mede a variação do custo de vida, esse efeito também foi registrado, resultando em deflação no grupo alimentação. Finalmente, no INCC, tanto os materiais quanto a mão de obra apresentaram menor aumento em julho”, apontou. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

AGU pede prorrogação do prazo de suspensão temporária da ação que discute constitucionalidade da desoneração tributária

Poder Executivo | 16/07/2024 – 18h41min

A Advocacia-Geral da União (AGU), em conjunto com a Advocacia-Geral do Senado Federal, apresentou manifestação ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Cristiano Zanin pedindo a prorrogação do prazo de suspensão da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7633 e dos efeitos de decisão cautelar nela proferida que tratam da constitucionalidade de dispositivos da Lei nº 14.784/23. A norma promoveu a desoneração tributária de dezessete setores da economia e de municípios. O pedido ao STF ressalta que Poder Executivo e o

Congresso Nacional têm se engajado na busca de uma solução para a controvérsia por meio da tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 1847/2024. Ao STF, a AGU e a Advocacia do Senado pedem a prorrogação do prazo até o dia 30 de agosto com o objetivo de permitir a conclusão da deliberação legislativa sobre o tema. Fonte: ASCOM AGU

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Comissão aprova microempresa ceder a terceiro crédito de pagamento do governo

Poder Legislativo | 16/07/2024 – 18h07min

A Comissão de Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados aprovou proposta que permite a micro e pequenas empresas com valor a receber da administração pública ceder seus créditos a terceiros, mesmo sem concordância do devedor. A cessão terá efeito cinco dias úteis depois do pedido da empresa junto ao órgão devedor, caso aquela já não tenha recebido o valor. A cessão pode ser realizada se o pagamento não for feito no prazo de 30 dias após a emissão da nota fiscal. Atualmente, o Estatuto da Micro e Pequena Empresa prevê que a cédula pode ser emitida pela empresa credora. A proposta também estabelece condições preferenciais a micro e pequenas empresas para receber em até 30 dias da emissão da nota fiscal no caso de licitações. Garante também que o contrato poderá ser extinto por atrasos de pagamento pela administração. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Alckmin diz que carga tributária não aumentou no governo Lula

Poder Executivo | 17/07/2024 – 08h47min

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, afirmou que a carga tributária no atual governo não aumentou. A declaração foi dada em meio à disseminação, via redes sociais, de memes e outros materiais com desinformação sobre o trabalho do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, impulsionados por opositores do governo. “Em 2023, a carga tributária bruta foi 32,4% do PIB [Produto Interno Bruto]. Ela era 33,7% até 2022. A carga tributária não só não aumentou no governo do presidente Lula como caiu. Caiu para 32,4%. Então, não teve aumento de carga tributária, até reduziu em 0,6%”, afirmou Alckmin a jornalistas, após se reunir com representantes da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), que anunciaram investimentos de R\$ 120 bilhões ao longo dos próximos anos no país. O vice-presidente reconheceu que a carga tributária no patamar é alta para um país em desenvolvimento, mas que o Brasil avançou com a reforma tributária. Fonte: Canal Rural

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

BC migrou para período de maior cautela, diz Galípolo

Poder Executivo | 16/07/2024 – 18h15min

O presidente interino do BC (Banco Central), Gabriel Galípolo, disse na 3ª feira (16.jul.2024) que a autoridade monetária migrou para “um período de um pouco mais de cautela”. Mencionou fatores que justificam a atitude, como a economia mais aquecida, além do cenário internacional “mais adverso”, na sua visão. “A função do Banco Central é ser mais cuidadoso porque são indícios de que a economia está mais aquecida, e pode significar um processo de desinflação lento somado ao fato da preocupação que está relacionada com a mudança da política monetária norte-americana”, afirmou. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Soraya Thronicke assumirá vice-presidência da CCT

Poder Legislativo | 16/07/2024 – 16h03min

Em reunião na terça-feira (16), a senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS) foi eleita, por aclamação, para a vice-presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT). A senadora deverá ocupar o cargo até o final da sessão legislativa, em fevereiro de 2025. A decisão será comunicada à Presidência do Senado. Em 2023, por ocasião da eleição dos dirigentes da comissão, não houve indicação para a vice-

presidência do colegiado, para o qual o senador Carlos Viana (Podemos-MG) foi eleito presidente. Como Carlos Viana estará em licença nos próximos quatro meses, houve a decisão de fazer eleição para a vice-presidência da CCT. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

RELAÇÕES EXTERIORES

Parcerias com a Argentina são de Estado, diz Alckmin

Poder Executivo | 16/07/2024 – 20h07min

O vice-presidente e ministro de Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, disse na 3ª feira (16.jul.2024) que a relação entre o Brasil e a Argentina é de Estado. Declarou que as parcerias comerciais, principalmente no setor de energia, são importantes para os 2 países. Alckmin se reuniu com o embaixador do Brasil em Buenos Aires, Julio Bitelli. O diplomata foi chamado a Brasília na 2ª feira (15.jul.2024) para conversas sobre a dinâmica entre os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Javier Milei (La Libertad Avanza, direita). Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

MEC debate conectividade em evento na Suíça

Poder Executivo | 16/07/2024 – 17h52min

O Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB), representou o Brasil no Fórum Giga de Conectividade, que aconteceu entre os dias 8 e 10 de julho, em Genebra, na Suíça. A Pasta participou da mesa “Principais aprendizados, desafios e prioridades da Ásia, América Latina e Caribe”, que contou com apresentações sobre as estratégias de conectividade de escolas de Antígua, Barbuda, Barbados, Belize, República Dominicana, Grenada, Mongólia, Trindade e Tobago. Na oportunidade, a diretora de Apoio à Gestão da SEB, Anita Stefani, apresentou um panorama geral sobre a educação brasileira e os desafios territoriais e socioeconômicos para a promoção da conectividade nas escolas públicas brasileiras. Além disso, destacou os principais objetivos da política interministerial de conectividade, o Escolas Conectadas. “O acesso à conectividade é um desafio e qualificar a conectividade para fins pedagógicos é outro igualmente importante”, argumentou. Fonte: ASCOM MEC

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TRABALHISTA

Projeto suspende regulamentação da lei de igualdade salarial entre homens e mulheres

Poder Executivo | 17/07/2024 – 14h59min

O Projeto de Decreto Legislativo 169/24 suspende a aplicação do Decreto 11.795/23 e da portaria do Ministério do Trabalho e Emprego (3.714/23) que regulamentam a lei de igualdade salarial entre homens e mulheres (14.611/23). Apresentado pela deputada Adriana Ventura (Novo-SP), o texto está em análise na Câmara dos Deputados. Para a parlamentar, o decreto e a portaria impõem obrigações ao empregador não previstas pela lei. Entre essas obrigatoriedades, ela cita a exigência de publicar, nos sites das empresas ou em suas redes sociais, o Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios produzido pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Essa obrigação, critica Adriana Ventura, não está na Lei 14.611/23, foi criada pelo decreto e reproduzida pela portaria. “Ademais, a obrigação é imposta em caráter imediato, sem oferecer às empresas qualquer prazo para adaptação ou correção de eventual desequilíbrio, ou mesmo para sistematizar o processo de levantamento, organização e transmissão de tais informações”, completa. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)